

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A TEMÁTICA DA PESCA NAS ESCOLAS RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS-TO

ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION: THE THEME OF FISHERIES IN RIVERSIDE SCHOOLS IN THE MUNICIPALITY OF TOCANTINÓPOLIS-TO

Mateus Filho Vieira do Nascimento¹

Lisiane Costa Claro²

Resumo: O presente texto tem como objetivo reconhecer que a Educação Ambiental é um campo de disputa nos diversos espaços sociais, uma vez que estamos inseridos numa sociedade capitalista que prega um falso “discurso sustentável”. O estudo é parte de uma pesquisa de mestrado que considera que a pesca é uma temática pertinente para abordar questões da EA nas escolas ribeirinhas. O estudo foca na Educação Ambiental Popular, com as bases epistemológicas do filósofo e educador brasileiro Paulo Freire., O autor defende que por meio da educação podemos nos libertar desse sistema predatório, uma vez que a educação para o autor muda as pessoas - estas sim, podem modificar o mundo. O estudo é uma revisão bibliográfica, que se dá através da pesquisa qualitativa, de natureza exploratória. Portanto, os resultados mostram que a Educação Ambiental popular se mostra necessária para que possamos alcançar um modelo sustentável de sociedade. Porém, ainda é presente na atual conjuntura é uma Educação Ambiental comportamental, pautada na tecnicidade e fragmentada em ações isoladas em detrimento de uma concepção mais coletiva e crítica em relação ao modelo societário dominante.

Palavras-chave: Educação Ambiental Popular. Pesca. Sustentabilidade. Paulo Freire. Escola.

1 Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Tocantins- UFT e Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências e Saúde- PPGECS, da Universidade Federal do Tocantins-UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3713263314972656>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4270-2735> E-mail: mateusqzy@gmail.com.

2 Doutora em Educação Ambiental. Professora do curso de Pedagogia, Campus Tocantinópolis e do Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Tocantins-UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1725240024764116>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3113-1380>. E-mail: lisiane.claro@mail.uft.edu.br

Abstract: *The present text aims to recognize that Environmental Education is a field of dispute in various social spaces, since we are inserted in a capitalist society that preaches a false "sustainable discourse". In addition, it is worth mentioning that we are constantly being bombarded with advertising messages giving opinions on how we should consume and how we should lead our lives. The study focuses on popular environmental education, with the epistemological foundations of the Brazilian philosopher and educator Paulo Freire, who argues that through education we can free ourselves from this predatory system, since education for the author changes people - these, yes, can change the world. The study is a literature review, which takes place through qualitative research, of an exploratory nature. In addition, fishing can be a very important tool to work on environmental education in the school environment, and it can be worked through games, games, drawings, models, etc. Therefore, the results show that popular Environmental Education proves to be a very important tool for us to achieve a dreamed sustainable model. However, what we see in our current conjuncture is a behavioral Environmental Education, based on technicality.*

Keywords: *Popular Environmental Education. Fishing. Sustainability. Paulo Freire. School.*

Introdução

A perspectiva ambiental é pautada nas inter-relações coletivas e saudáveis que existem entre todos os seres vivos e os não vivos. Outrossim, se não houvesse essa interdependência, não existiria vida no nosso planeta. Na natureza, nada é por acaso. Nenhum ser vivo consegue progredir de forma autônoma. Para isso, são necessárias relações ecológicas que acontecem entre os seres vivos. Essas relações são conhecidas como intraespecíficas (que ocorre entre indivíduos da mesma espécie) e interespecíficas (acontece com espécies diferentes). Comensalismo, mutualismo e predatismo são exemplos de relações ecológicas que acontecem na natureza. (MACHADO, 2003).

Nos deparamos diariamente com catástrofes ambientais que ameaçam a vida no nosso planeta, pois recebemos uma "enxurrada" de notícias a respeito disso a todo momento. Eis a questão: o que devemos fazer? O grande problema é que estamos tão acostumados com isso, que às vezes as questões ambientais passam despercebidas, inerte ao espaço e ao tempo como se isso fosse natural.

É necessário um equilíbrio constante entre a sociedade e o meio natural, que o ser humano se reconheça enquanto natureza e também como ser social atuante e protagonista da sua própria história de vida. Para isso, é crucial que o ser humano construa uma sociedade solidária e justa.

A sociedade capitalista exerce uma grande influência no que se refere ao consumo de bens e serviços. Considerando o caminho percorrido pelo ser humano, nos deparamos diariamente com um sistema predatório e alienado imposto pelo caráter dilapidador da sociedade capitalista. Tal fato nos leva a uma breve reflexão acerca de como a questão ambiental está sendo abordada, para que possamos traçar caminhos da sustentabilidade ambiental social para preservar nosso planeta e todos os seres vivos que nele residem. (CARVALHO, 2001, p. 45). Ainda de acordo com Carvalho (2001), Sustentabilidade ambiental é a forma como nós lidamos com o usufruto dos bens e recursos naturais para atender nossas necessidades, sem que comprometa as gerações futuras.

Para Carvalho (2001), vinculando-se à esfera educacional, a pauta Ambiental se configura como um ato educativo, que almeja formar sujeitos éticos nas suas interrelações com a sociedade que vive e com a natureza. Durante o processo de formação, o papel da coletividade é essencial para que possamos nos ancorar em uma crítica social, visando à aquisição de novos conceitos e compromissos com as principais

causas naturais e com as gerações futuras. A Educação Ambiental não se preocupa somente com o discurso “verde”, mas visa contribuir com a inserção do indivíduo na sociedade de forma atuante, aprendendo a agir de forma individual e sobretudo coletiva na busca por soluções. Além do que foi referendado, a pauta ambiental tem sido abordada pela educação formal (escolas) e não formal (ONGs, associações, trabalhos de cunho voluntário).

Em virtude desses movimentos de questionamentos e mudanças, é essencial que a educação ambiental seja discutida no âmbito escolar. Segundo Saviani (1997), através da educação, o ser humano se apropria do conhecimento produzido pela humanidade, pela própria história e pela cultura e ressignifica em novos conhecimentos. Destarte, cada indivíduo possuirá instrumentos para criticar e refletir na atual realidade e descobrir como desbravar as várias formas de lutar. Dentro desse contexto, Saviani afirma que devido a capacidade do ser humano de produzir sua própria existência, o faz diferente dos demais seres vivos, e isso faz com que nos destacamos dos demais. Considerando o Ser Humano como uma espécie de “produtor” de conhecimentos, ele tem a capacidade de intervir numa dada situação, como em questões ambientais, parte do presente estudo.

Considera-se essencial formar cidadãos críticos e engajados com as causas ambientais, e, em especial, essa luta deve começar pelo âmbito escolar. Defende-se que a temática da pesca pode ser um contributo para se discutir educação ambiental numa perspectiva crítica e reflexiva, em especial, nos contextos escolares que constituem ambientes ribeirinhos, litorâneos, lagunares, comunidades tradicionais de pesca artesanal. Ademais, a pesca é uma prática corporal que possui grande representatividade no cenário mundial, a qual tem diversas finalidades, como recreação, lazer e economia. Além da relevância que esta temática pode assumir no campo da Educação Ambiental, como estratégia a pesca pode ser abordada através de desenhos, jogos e brincadeiras, e etc (JENNINGS *et al.*, 2001).

Ao delinear uma justificativa para o trabalho, pensamos em como a Educação Ambiental está sendo abordada atualmente, uma vez que acompanhamos um discurso ambiental assertivo quanto às mensagens sobre o dever que temos com o planeta, por meio de campanhas publicitárias que pregam um conceito de como devemos viver e o que devemos consumir. Desse modo, essa alienação presente na sociedade reverbera em uma educação ambiental pautada em técnicas, forjada a partir de um discurso comportamental. (SANDER, 2008, p. 15).

O objetivo geral do trabalho é reconhecer que a Educação Ambiental é um campo de disputa nos diversos espaços sociais, uma vez que estamos inseridos numa sociedade capitalista que prega um falso “discurso sustentável”. Considera-se que a pesca enquanto temática em contextos de comunidades tradicionais ribeirinhas pode contribuir para esta disputa em um sentido crítico e reconstruindo os modos de se produzir conhecimento.

Destacam-se os seguintes problemas de pesquisa: Qual Educação Ambiental está sendo discutida atualmente? A Educação Ambiental Popular é uma alternativa para discutir questões ambientais, visando a formação de sujeitos críticos e reflexivos? Como a pesca pode ser abordada neste sentido?

Sendo assim, o presente trabalho almeja contribuir com a perspectiva de uma “Educação Ambiental Transformadora” que está comprometida com uma práxis que reconhece as desigualdades da nossa sociedade, uma vez que vivemos numa sociedade tão setORIZADA e fragmentada. (LAYRARGUES, 2002).

Metodologia

A presente pesquisa é classificada como qualitativa. Santos (2000) fomenta que diferente da pesquisa Quantitativa, que se preocupa com a tabulação de dados e análises de estatísticas, a pesquisa qualitativa busca as evidências através dos dados empíricos. Além disso, ela também faz as análises de evidências a partir de dados verbais e visuais. (SEVERINO, 2007). Para realizar a coleta de dados, foi necessário realizar uma Pesquisa Bibliográfica e Exploratória, abrangendo trabalhos indexados nas bases de dados, buscadores e revistas científicas da área da Educação Ambiental, com o propósito de discutir o objetivo

do trabalho.

A primeira revista utilizada foi a Revista da Educação Ambiental (RevBEA), que abrange trabalhos nacionais e internacionais sobre Educação Ambiental. A segunda revista utilizada foi a Revista Educação Ambiental em Ação (Revista EA), que engloba trabalhos científicos na área da Educação Ambiental. A escolha dessas revistas foi devido ao fato delas abordarem o tema proposto.

A respeito da Base de Dados, foi utilizada a Scientific Electronic Library Online - Scielo. Essa base de dados é uma biblioteca virtual que fornece trabalhos científicos a nível nacional e internacional. Por fim, o buscador de dados utilizado foi o Google Scholar (Google Acadêmico). Esse buscador é uma ferramenta de busca que disponibiliza trabalhos de cunho científico.

Em relação aos critérios de seleção da pesquisa, foram adotados alguns critérios de inclusão e exclusão. No que se diz respeito aos critérios de inclusão, foram selecionados trabalhos que fossem Artigos, Monografias e Teses disponibilizados na íntegra gratuitamente, além de trabalhos científicos escritos na Língua Portuguesa e Inglesa. Em relação aos critérios de exclusão, não foram aceitos trabalhos duplicados e aqueles que não tratam da temática estudada.

Na Revista de Educação Ambiental (RevBEA) foi utilizada apenas o termo “Educação Ambiental popular”, Ao todo, foram encontrados 05 resultados e foram selecionados 05 trabalhos. Na base de dados Scielo, foi utilizada a palavra chave “Educação Ambiental Popular” e foram encontrados 21 resultados e foram selecionadas 05 produções. Por último, foi utilizado o buscador Google Scholar (Google Acadêmico) com a seguinte recombinação: “Educação Ambiental Popular” AND “Pesca” AND “Fundamental I”, e foram encontrados 23 resultados e foram selecionadas 04 produções. Ao todo, foram selecionadas 14 produções.

Por conseguinte, foi realizada uma tabela com a quantidade de produções selecionadas, bem como a autoria, o ano da publicação e o periódico.

Tabela 1. Produções localizadas

Nº de artigos	Título	Autoria	Ano da publicação	Periódico
1º	Extensão em educação ambiental popular: que fazer em comunidade de trabalho	Tiago Zanquêta de Souza	2021	Praxis & Saber Abr. 2021, Volume 12, Nº 2.
2º	Educação de Jovens e Adultos: contribuições de artigos em periódicos brasileiros indexados na base SciELO (2010-2014)	Fabiana Marini Braga Jarina Rodrigues Fernandes	2010	Cadernos CEDES, Ago. 2015, Volume 35 Nº 96.
3º	A relação teoria e prática em projetos de educação ambiental desenvolvidos em um bairro de Bauru, SP, Brasil.	Lucas André Teixeira; Jandira Líria Biscalquini Talamoni Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis	2013	Ciência & Educação (Bauru) 2013, Volume 19 Nº 3

4°	Educação ambiental para crianças no ambiente urbano: uma proposta de pesquisa-ação	Carolina Reigada Marília Freitas de Campos Tozoni Reis	2004	Ciência & Educação (Bauru) 2004, Volume 10 Nº 2
5°	Contos de Camp Wilde: tornando queer a pesquisa em educação ambiental	Noel Gough Annette Gough Peter Appelbaum Sophia Appelbaum Mary Aswell Doll-Warren Sellers	2011	Revista Estudos Feministas. Abr 2011, Volume 19, Nº 1.
6°	Conflitos indígenas na região norte do Estado do RS	Darci Emiliano Vilmar Alves Pereira	2020	Revista de Educação Ambiental (RevBEA), v. 15 n. 5 (2020)
7°	Educação Ambiental: um caminho possível para a construção de um projeto societário sustentável?	Silvana Hoeller Maurício Fagundes	2020	Revista de Educação Ambiental (RevBEA), V. 15 n. 5 (2020)
8°	Educação Ambiental na escola: do papel à realidade – do discurso ao comprometimento	Vera Aparecida Monteiro Silva de Abrantes Maria Geralda de Miranda Carlos Alexandre Bastos de Vasconcellos	2014	Revista de Educação Ambiental (RevBEA), v. 9 n. 2 (2014)
9°	Percepção crítica sobre material didático para Educação Ambiental e conhecimento popular do Parque Nacional da Serra do Itajaí.	Jessica Kistner Kleber Renan de Souza Santos	2021	Revista de Educação Ambiental (RevBEA), v. 16 n. 4 (2021).
10°	O protagonismo juvenil na conservação da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais.	Gildo Rafael de Almeida Santana José Ulisses dos Santos	2016	Revista de Educação Ambiental (RevBEA), v. 11 n. 1 (2016).
11°	Educação Ambiental na Escola e natureza: uma relação necessária para a produção do conhecimento.	Gerson Luiz Buczenko Maria Arlete Rosa	2018	Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n. 1.

12°	Educação ambiental em áreas protegidas do Estado de São Paulo e sua contribuição à escola.	Maria Luísa Bonazzi Palmieri	2018	MLB Palmieri - 2018 - teses.usp.br
13°	Sustentabilidade e crianças: desenvolvimento de práticas pedagógicas para ensino de ciências	Andressa Aparecida MALINOSKI	2021	Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT).
14°	Saberes socioambientais associados à educação escolar quilombola na comunidade do Mumbuca, Jalapão/TO.	Ronaldo Andrade dos Santos	2019	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.
Total:	14 Produções			

Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

De certo modo, a presente pesquisa corroborou para que fosse discutido um movimento interdisciplinar, na tentativa de alcançar um maior entendimento acerca das atuais causas ambientais, focando na importância de uma EA Popular na atual sociedade alienadora que presenciamos diariamente.

Desenvolvimento

Nos parágrafos abaixo mostraremos uma breve introdução acerca dos impactos ambientais, como se torna viável a compreensão em torno da sustentabilidade, tendo em vista a atual sociedade capitalista que prega um falso modelo sustentável que gera impactos negativos no meio ambiente. Para maior entendimento do assunto, discutimos como ocorre o impacto da Educação Ambiental no Brasil, sobretudo no âmbito escolar. Por fim, analisamos as riquíssimas contribuições de Paulo Freire, fomentando o papel da Educação Ambiental Popular na construção de um sujeito identitário, crítico e reflexivo, e ainda a pesca como alternativa para trabalhar a Educação Ambiental.

Ao recordarmos o período da revolução industrial, podemos verificar o aumento no que se diz respeito aos impactos ambientais. Para a construção de uma sociedade mercantilista e alienadora, foi necessário que o meio ambiente sofresse tal depredação ambiental. Este fenômeno foi se intensificando com o passar dos tempos, e hoje, no atual modelo produtivo, se apresenta como um sistema predatório e manipulador, o qual busca um crescimento econômico a qualquer custo. Como consequência da ganância humana, presenciamos a extinção em massa de diversas espécies de plantas e animais. A busca desenfreada por recursos naturais para gerar lucros coloca não somente a vida humana em risco, mas de todas as espécies que necessitam desse ambiente para sobreviver.

As relações da humanidade com o *socius*, com a psique e com a “natureza” tendem, com efeito, a se deteriorar cada vez mais, não só em razão de nocividades e poluições objetivas, mas também pela existência de fato de um desconhecimento e de uma passividade fatalista dos indivíduos e dos poderes com relação a essas questões consideradas em seu conjunto. Catastróficas ou não, as evoluções negativas são aceitas tais como são (GUATARI, 2012, p. 23).

O processo da globalização não trouxe somente bens e riquezas. Por outro lado, ela expôs a insensibilidade humana no que se diz respeito a sua relação de cuidado com a natureza. É sabido que sem os recursos naturais não haveria quaisquer tipo de vida no planeta, e isso inclui a raça humana. Por alcan-

çar um patamar de racionalidade superior aos demais seres vivos, fica a cargo da humanidade garantir a sustentabilidade desses recursos naturais que são essenciais para a vida no nosso planeta.

Fazendo uma breve ligação com o que foi exposto anteriormente, tal crescimento avassalador está intimamente ligado com uma perspectiva quantitativa, ou seja, “quanto mais, melhor”.

Por outro lado, a ideia de desenvolvimento sustentável diz respeito a uma relação de cooperação entre o ser humano e o meio ambiente. Tal fato pode ser visto na seguinte passagem:

Crescer significa “aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através de assimilação ou acréscimo”. Desenvolver-se significa “expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior, ou melhor”. Quando algo cresce fica maior. Quando algo se desenvolve torna-se diferente. O ecossistema terrestre desenvolve-se (evolui), mas não cresce. Seu subsistema, a economia, deve finalmente parar de crescer, mas pode continuar a se desenvolver (DALY, 2004, p.198).

De acordo com a inferência acima, o desenvolvimento significa uma ampliação de potencialidades, um caminho a ser trilhado para algo melhor. Desta forma, o termo desenvolvimento sustentável é o oposto de crescimento hipoteticamente sustentável.

Podemos fazer uma reflexão sobre o nível de destruição que a sociedade capitalista causa. Para que possamos traçar um desenvolvimento sustentável, é essencial a superação do modelo atual e lutarmos para uma transformação nessa sociedade opressora, a qual divide todos os setores da nossa existência. De acordo com Layrargues (2006, p. 14) “a crise que ora a sociedade industrializada de consumo vivência não é ecológica, e sim civilizacional”. O autor refere-se a tal sociedade industrializada, que aliena, vivenciada por todos nós, a todo instante, onde não se vende e compra apenas produtos e serviços, mas também se vende uma “fórmula” de como viver. Dentro da ideologia do capital, a questão ambiental se tornou um ramo lucrativo, onde se pode ganhar grandes fortunas pregando “discursos verdes” através de propagandas veiculadas pelas mídias.

E quanto aos espaços escolares, como a Educação Ambiental está sendo discutida? Para ir em busca dessa resposta, é preciso entender como a Educação Ambiental se configura no cenário sociopolítico. Inicialmente, os registros históricos datam que em 1948, em Paris, no Encontro Internacional para a Conservação da Natureza, foi discutido como se utilizaria o termo EA. Ademais, tal encontro teve como intuito discutir planos e ações para os problemas ambientais que alcançavam níveis alarmantes. Por sua vez, o termo EA foi pensado numa maneira de educar as pessoas para que elas pudessem compreender como as causas ambientais estavam afetando a vida, e que elas pudessem propor soluções (DIAS, 1991, p. 04).

Tal reverberação só ganhou força na Conferência de Estocolmo, em 1972, na qual se tornou assunto em nível mundial. Adiante, chegando ao Brasil na Conferência Rio-92, concebido pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), foi decidido que a Educação Ambiental fosse instituída por meio da (PNMA) em todos os níveis escolares (BRASIL, 1988).

De acordo com a constituição Federal de 1988, na seguinte passagem do artigo 225°, fala o seguinte sobre a preocupação do país em consentimento com as causas ambientais:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...] VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; (BRASIL, 1988).

Após a legitimação na constituição do Brasil, outras legislações também aderiram à Educação Ambiental na realidade educacional formal do Brasil. De acordo com a Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, (MEC, 2007, p. 19) vemos a seguinte passagem:

- Lei nº 9.394, de 20/12/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na LDB existem

poucas menções à Educação Ambiental. A referência é feita no artigo 32, inciso II, segundo o qual se exige, para o Ensino Fundamental, a “compreensão ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”; e no artigo 36, § 1º, segundo o qual os currículos do ensino fundamental e médio “devem abranger, obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”.

- Lei nº 9.795, de 27/04/99 – Política Nacional de Educação Ambiental – PNE Institui a PNEA, que veio reforçar e qualificar o direito de todos à Educação Ambiental, indicando seus princípios e objetivos, os atores e instâncias responsáveis por sua implementação, nos âmbitos formal e não-formal, e as suas principais linhas de ação.

- Lei nº 10.172, de 09/01/01 – Plano Nacional de Educação – PNE. Apesar de a inclusão da Educação Ambiental como tema transversal no PNE representar uma conquista, apenas consta que ela deve ser implementada no Ensino Fundamental e Médio, com a observância dos preceitos da Lei nº 9.795/99. Desta forma, o PNE deixa de obedecer o que estabelece a PNEA, que exige a abordagem da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino.
- Decreto nº 4.281, de 25/06/02 – Regulamenta a Lei nº 9.795/99. Além de detalhar as competências, atribuições e mecanismos definidos para a PNEA pela Lei nº 9.795/99, o Decreto cria o Órgão Gestor, responsável pela coordenação da PNEA, constituído pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), e pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação.

Mesmo com as conquistas diante do poder jurídico, a Educação Ambiental enfrenta inúmeros desafios no que se diz respeito às suas reproduções em todos os setores. Uma alternativa viável para se pensar numa Educação Ambiental crítica e reflexiva é através de uma Educação Emancipatória. Concordando com a fala de Freire, a educação não se concentra em apenas instruir ou ensinar. Para ele, educação “é quando o educando não é o objetivo do ensino, mas sim o sujeito do processo” (FREIRE, 1970, p.59). Considera-se que este processo também é necessário ao buscarmos consolidar uma Educação Ambiental com sentido ancorado na transformação social... Assim:

Para a incorporação de aspectos controversos e/ou conflituosos pelos professores em suas práticas pedagógicas, consideramos pertinentes as observações dos diferentes autores citados e que têm trabalhado com essa perspectiva no que diz respeito ao necessário envolvimento do professor como um dos primeiros passos a ser dado. O professor, além de sensibilizado e consciente da necessidade e importância do tratamento dessas questões junto aos seus alunos, deve estar preparado e instrumentalizado para enfrentar esse desafio. No que diz respeito às possibilidades de incorporação da temática ambiental a partir das controvérsias/conflitos socioambientais entendemos não ser diferente. (NICOLAI-HERNÁNDEZ CARVALHO 2006, p. 133).

Nos parágrafos subsequentes iremos abordar como a Educação Ambiental Popular pode contribuir na formação de um sujeito crítico e preocupado com as causas ambientais, com base em alguns embasamentos teóricos de Paulo Freire em relação a essa Educação Emancipatória.

No que se diz respeito a tal epistemologia, Freire relata em sua vida e obra que através da educação podemos nos libertar das “amarras” que essa sociedade setorizada nos coloca. Para ele, não podemos mudar o mundo, mas através da educação, podemos modificar pessoas e as pessoas modificam o mundo. Freire também evidencia a necessidade de construir um caminho construído por relações afetivas. Outrossim, vale ressaltar que através de uma educação transformadora, o indivíduo se torna mais autônomo, capaz colaborar com uma sociedade mais justa. O papel do educador é criar meios para que o educando exerça sua legitimidade, baseando no seu cotidiano, suas vivências e até mesmo na sua cultura.

[...] uma educação só é verdadeiramente humanista se, ao invés de reforçar os mitos com os quais se pretende manter o homem desumanizado, esforça-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade. Se, ao contrário, a educação enfatiza os mitos e desemboca no caminho da adaptação do homem à realidade, não pode esconder seu caráter desumanizador (FREIRE, 1997, p.13).

Freire visa uma Educação que ultrapassa os muros escolas, uma Educação que é construída a partir das relações cotidianas da vida, por meio da cultura, da língua e de todos os sentidos e significados que

se vive essa trajetória.

Desta forma, a Educação não se concentra apenas em uma pessoa, mas através de relações coletivas, e que o ato de educar, se reverbera ao longo de nossas trajetórias históricas.

Para os trabalhadores e educadores que atuam nos diferentes espaços da sociedade e na escola e que têm uma visão crítica às relações sociais capitalistas compete lutar, no plano teórico e da prática, por uma educação que desenvolva todas as dimensões do ser humano. A isso denominamos uma educação omnilateral ou politécnica. Por isso, pensar de uma maneira ou de outra faz uma diferença radical. Ou seja, de reproduzir e legitimar a exploração e alienação ou de combatê-la e, de dentro desta sociedade, buscar superá-las. (FRIGOTTO, 2007, p. 03).

Destarte, a educação pensada neste trabalho é aquela que liberta a si mesmo e cria condições para que a nossa sociedade se liberte também. Pensando nisso, trazemos a compreensão da Educação Ambiental Popular que dialoga com o objetivo do trabalho. A EA Popular é conhecida por propôr uma educação alternativa, crítica, oposto da Educação Ambiental Comportamental, que é mais técnica e conservadora. Aposta-se que a EAP contribua para a criação de uma esfera criativa e humanizadora, potencializando as relações de justiça com as questões ambientais.

Esta EA está associada com a tradição da educação popular que compreende o processo educativo como um ato político no sentido amplo, isto é, como prática social de formação de cidadania. A EA popular compartilha com essa visão a ideia de que a vocação da educação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade. O destinatário desta educação são os sujeitos históricos, inseridos numa conjuntura sociopolítica determinada, cuja ação, sempre intrinsecamente política, resulta de um universo de valores construído social e historicamente (CARVALHO, 2001, p. 46-47).

Com o intuito de propor um desenvolvimento sustentável viável para toda a sociedade, a Educação Ambiental Popular surge a partir da consciência de que a imensa diversidade presente nas nações que habitam o planeta podem co-existir e reconhecerem-se como natureza a partir de relações de cooperação. Para Tonso (2010), A Educação Ambiental Popular é referendada como uma compreensão profunda dos processos sociais e culturais, uma vez que leva o indivíduo a uma reflexão acerca das desigualdades estabelecidas pela sociedade capitalista.

A partir destas relações e concepções elencadas sobre Educação Ambiental Popular, veremos o quanto ela pode contribuir para tornar os sujeitos críticos e reflexivos com as causas naturais e sociais que assolam nosso planeta. Para Carvalho (2001) esse tipo de Educação Popular parte do princípio de que todos têm um valor, algo a contribuir, uma mente que pode agir e pensar de forma autônoma. Dessa forma, o sujeito não é uma folha em branco que pode ser escrita e apagada de acordo com os interesses da sociedade capitalista. Dessa forma, ele poderá opinar abertamente numa dada situação, sem deixar de ser influenciado pelas ideologias da sociedade capitalista que pregam um discurso alienado, propagado pelas mídias.

Paulo Freire denuncia o que chama de educação bancária, por considerar os indivíduos como se fossem espécies de “depósitos” de conhecimento. Em termos populares, sua mente recebe aquilo que a sociedade está disposta a depositar (FREIRE, 1997, p. 13). Para o autor:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz comunicados e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção 77 bancária da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 1970, p. 33).

Na citação acima, vemos que esse tipo de educação não agrega para a formação de um sujeito crítico e reflexivo, pois ela retira a identidade do sujeito questionador e impossibilita de redescobrir novos pensamentos. É como se colocasse um “véu” no seu rosto, impossibilitando a visão do novo.

Portanto, a Educação Ambiental Popular além de retirar essa barreira que impede o indivíduo de pensar por si só, ela mostra o quão importante é caminhar com seus próprios pés, trilhando um caminho livre da “mordada” imposta pela sociedade mercantilista opressora. Por conseguinte, o sujeito se torna um ser identitário, coletivo e reflexivo. Ademais, a construção desse sujeito identitário acontece quando o indivíduo assume sua própria identidade, sem deixar de ser influenciado por algo. Essa autenticidade se manifesta através do seu próprio pensamento, garantindo que ele possa ser “dono” de sua consciência.

Desta maneira, a Educação Ambiental Popular pode ser vista como um instrumento revolucionário, capaz de construir uma sociedade coletiva. Novamente, Paulo Freire corrobora com a seguinte frase “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1983, p. 68).

À vista disso, a Educação Ambiental Popular não se torna apenas uma alternativa para “remediar” as feridas que o homem causou na natureza, mas uma contraparte desse sistema capitalista e alienador que nos bombardeiam a todo instante com essas “historietas” sobre o discurso verde.

Pensando nisso, a educação por si deveria ser livre, libertadora. Pensando nisso, propor uma Educação Popular, aliada à pesca, por exemplo, pode se tornar uma opção viável para se discutir ações sustentáveis.

Diante disso, apostamos na contribuição que a pesca dispõe para abordarmos tal concepção nos espaços escolares: veremos o quão valioso pode ser o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com base nesta temática, especialmente nas escolas presentes nas comunidades ribeirinhas. A fim de propor um breve conhecimento acerca da pesca, destacamos que ela se trata de uma atividade corporal que começou a ser praticada nos início das civilizações e se estende nos dias atuais, tendo diversas finalidades, como lazer, sustentabilidade e economia. Além disso, ela pode ser facilmente adaptada ao cenário escolar, seja ela por meio de desenhos, exposições e maquetes, até jogos e brincadeiras. (MAUSS, 2003).

Assim, abordar esta temática junto às comunidades tradicionais de pesca, nas escolas situadas nas comunidades ribeirinhas, abre um caminho viável para práticas e condutas de uma Educação Ambiental Popular, uma vez que esta perspectiva não se mostra importante somente na formação de um sujeito crítico, pensante e identitário. Ela é muito mais que um caminho reflexivo, mas um caminho de superação com aqueles que acreditam numa sociedade mais igualitária, na libertação de um sistema que corrói as esferas da vida.

Resultados e discussão

Ao considerar as causas ambientais existentes no nosso planeta, notamos a importância de formar cidadãos críticos e engajados a desenvolver um Sistema sustentável que possa “curar” a ferida que essa sociedade mercantilista e alienadora causa.

Assim sendo, a Educação Ambiental Popular se mostra como uma viabilidade para o alcance desse modelo sustentável almejado historicamente pelas camadas populares e grupos socialmente oprimidos. Com base nos princípios freirianos, podemos perceber que tais relações coletivas podem alcançar níveis inimagináveis. Dessa maneira, a Educação Popular torna-se uma base epistemológica de uma Educação Ambiental de cunho libertador em contraponto a Educação Ambiental de cunho tecnicista, identificado nas correntes mais comportamentalistas e conservacionistas da EA como já foi abordado anteriormente.

Por meio do presente estudo, evidenciamos as políticas da EA no que se diz respeito a inserção desta pauta nas escolas, e seu enfoque de discussão junto aos jovens e crianças. A Educação Ambiental Popular se mostra uma alternativa viável para discutir as questões ambientais. A fim de situar o leitor, trouxemos os principais trabalhos científicos que abordam a (EA), de acordo com a tabela vista na seção metodológica.

Artigo nº 01 fala sobre a inserção da educação ambiental popular numa oficina de extensão popular na cidade de Uberaba, Minas Gerais. Durante a leitura, percebemos que a Educação Ambiental Popular se

mostra eficiente na formação de sujeitos críticos e preocupados com as questões ambientais. Ademais, o estudo mostrou que através da extensão popular, os sujeitos puderam exercer sua identidade, se desencilhando da vida opressora que a sociedade capitalista exerce.

O artigo nº 02 é fruto de uma revisão bibliográfica que tem o intuito de discutir abordagens em Educação Ambiental através de 79 artigos. O estudo mostra que a Educação Popular é pouquíssima abordada nos ensaios teóricos-metodológicos, levando em consideração a atual sociedade capitalista que presenciemos diariamente.

O artigo nº 03 fala sobre a relação de dois projetos ambientais desenvolvidos na cidade de Bauru, SP. Ademais, o estudo optou por abordar uma Educação Ambiental mais crítica, demonstrando a importância do rompimento da influência alienadora que a sociedade exerce diariamente. A pesquisa ainda reforça a importância da construção de conteúdos de forma dialética.

O artigo nº 04 fala sobre a importância de se trabalhar a Educação Ambiental com alunos de séries iniciais. Ademais, podemos ver que o estudo apresenta uma Educação ambiental mais comportamental. O estudo fala que se trabalhou a Educação Ambiental por meio de conversas, brincadeiras e etc, garantindo que elas desenvolvessem atitudes de preservação e conscientização com o Meio Ambiente.

O Artigo nº 05 mostra as diversas formas de se trabalhar Educação Ambiental. Ademais, o presente estudo explorou algumas narrativas sobre a representação de sujeitos e objetos, com a finalidade de criar um novo gênero para a Educação Ambiental.

Já o artigo nº 06 fala sobre um conflito indígena que aconteceu no RS, necessitando uma mediação para sanar o conflito. O estudo mostra a importância da Educação Ambiental Crítica como alternativa para intervir no problema enfrentado. Sendo assim, vemos o exercício de uma criticidade acerca de uma questão ambiental.

O artigo nº 07 é um estudo Bibliográfico que busca uma reflexão acerca de um projeto sustentável que foca na Educação Ambiental Popular, se inspirando na concepção Freiriana. O objetivo do estudo correlaciona com o tema aqui proposto, uma vez que buscamos a construção de uma sociedade sustentável e livre da sociedade capitalista predatória.

O Artigo nº 08 discute a importância da inserção da Educação Ambiental no âmbito escolar. Para mais, o estudo foca na busca de soluções para problemas ambientais que assolam nosso planeta e ainda propor uma relação sustentável entre o homem e o meio ambiente. O que presenciemos na imersão do estudo foi uma EA técnica, voltada para discursos de preservação e conservação.

O Artigo nº 09 tem por objetivo verificar a percepção popular acerca da Educação Ambiental no Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI), em Santa Catarina. O estudo mostrou que os resultados foram positivos sobre a percepção ambiental que as pessoas tinham acerca da temática estudada.

O artigo nº 10 foca no desenvolvimento de jovens acerca das questões ambientais, sociais e políticas. Outrossim, o estudo aconteceu no Projeto Jovens Protagonistas da Costa dos Corais. O estudo foca a partir de uma Educação Ambiental Popular, Emancipatória e Crítica.

O artigo nº 11 fomenta a abordagem da Educação Ambiental no âmbito escolar. O estudo foca na relação homem e natureza, fomentando a importância do aluno desenvolver uma consciência crítica acerca das questões ambientais. Ademais, é vista uma abordagem de como as Políticas Públicas abordam a Educação Ambiental.

O artigo nº 12 fala das Contribuições da Educação Ambiental na prática escolar. Ademais, a pesquisa optou por trabalhar acerca de uma Educação Ambiental Crítica, com intuito de buscar uma reflexão dos alunos acerca das questões ambientais, em especial das áreas protegidas o Instituto Florestal e da Fundação Florestal, unidades da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, foco do estudo.

O artigo nº 13 elenca a aplicação de estratégias de cunho sustentável, em uma escola de ensino fundamental I, na disciplina de Ciências. No mais, o estudo busca discutir noções de preservação do Meio Ambiente, levando os alunos a refletir acerca das questões ambientais e da sociedade que estamos inseridos.

Já o artigo nº 14 busca discutir a Educação Ambiental na comunidade do Mumbuca, Jalapão (TO), por meio do contexto formal de ensino. Ademais, o estudo partiu da seguinte premissa: “pensar numa EA crítica que pode ser trabalhada numa comunidade quilombola a partir de um componente curricular “Saberes e Fazer Quilombolas”. Além disso, a pesquisa mostrou que os quilombolas associam a vida comunitária com a rotina da escola.

Deste modo, percebe-se que através da Educação Popular podemos nos tornar sujeitos críticos e reflexivos, apesar da predominância de uma Educação Ambiental Técnica. Considera-se necessária a implementação e a concretização de uma EA alternativa que ultrapasse a dimensão tecnicista de uma EA que individualiza questões atreladas a um modelo societário. Porém, devido a dominância de interesses em torno de uma Educação Ambiental comportamental, baseada em técnicas, percebemos que há muitos desafios a serem enfrentados pela Educação Ambiental Popular. Todavia, com base nos pressupostos de Paulo Freire, sabemos que o caminho da educação crítica, transformadora, questionadora, de denúncias e anúncios por outro modelo de sociedade, é o melhor para se trilhar.

Considerações Finais

Por fim, fazendo uma análise geral do trabalho, percebemos que a Educação Ambiental tecnicista é bastante propagada pelos veículos de mídias, onde vemos a disseminação de um “discurso verde”. Outrossim, nota-se a importância de levar a Educação Ambiental para fora dos muros escolares; o que torna viável a participação da comunidade na construção de uma Educação Ambiental.

Por conseguinte, podemos perceber que a Educação Ambiental é um campo de disputa nos diversos espaços sociais, uma vez que estamos inseridos numa sociedade capitalista que prega um falso “discurso sustentável”. Ademais, durante a pesquisa foi constatado que há uma predominância à tendência de uma Educação Ambiental comportamental, arraigada em concepções tecnicistas.

Foi percebido durante o estudo que a pesca pode ser abordada no âmbito escolar, através de jogos, brincadeiras, desenhos e etc; levando os alunos a produzir condutas sustentáveis com o meio ambiente.

Educação Ambiental Popular é uma das alternativas mais viáveis para a construção de uma sociedade que faz oposição a esse sistema capitalista que nos oprime, nos aliena. Desta maneira, sabemos que a construção dessa sociedade só será possível se houver uma reflexão acerca de como as questões ambientais estão sendo propagadas. Para isso, é necessário que ela contemple todas as camadas sociais, tendo em vista a nossa atual sociedade setorizada. Em uma de suas falas, Paulo Freire dizia o seguinte: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. Com base no que foi pesquisado, cabe a nós mesmos nos libertarmos dessa educação mercantil que a sociedade do capital insiste em manter.

Ademais, podemos concluir que o caminho para uma Educação Ambiental Popular em busca de uma sociedade de fato mais sustentável é longo, cheio de percalços. Ainda falta muito a se caminhar. Não caminhamos metade do caminho. É preciso caminhar para a construção de uma sociedade mais sustentável, mais justa. Por fim, o presente estudo foi pensado para que pudesse contribuir de forma assídua na compreensão de um tema tão amplo, mas necessário para os desafios que vivenciamos diariamente.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6938&ano=1981&ato=5b0UTRE50MrRVT15d>. Acesso em: 05 set. 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Presidência da república. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 10 de Jan.2022.

CARVALHO, Isabel Cristina de Souza. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun.2001.

DALY, Herman. Entrevista com Herman Daly: pai da economia ecológica. acesso em 21 ago.2012.

DIAS, G. F. **Os quinze anos da educação ambiental no Brasil**: um depoimento. In: Em Aberto. v. 10, n. 49, jan/mar, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Coleção leitura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. A. Os jovens e o ensino técnico. **Observatório Jovem**. Rio de Janeiro, 18 dez. 2007. Entrevista. Disponível em: http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=398&Itemid=5. Acesso em: 07. dez.2013.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 21.ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

JENNINGS, Simon; KAISER, Michel J.; REYNOLDS, John D. **Marine Fisheries Ecology**. Blackwell Science Ltd, 2001. 438p.

LAYARGUES, Philippe Promier in SANTOS, José Eduardo dos & SATO, Michele. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. 3. ed. São Carlos: RiMa, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. & LEROY, Jean-Pierre. **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, Sídio. **Biologia, de Olho no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Scipione, 2003.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Rio de Janeiro: Cosac & Naif, 2003.

MEC- Ministério do Meio Ambiente/Coordenação-Geral de Educação Ambiental. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Disponível em: , acesso em 12 ago.2012.

NICOLAI-HERNANDEZ, V. A. de; CARVALHO, L. M. **Controvérsias e conflitos socioambientais: possibilidades e limites para o trabalho docente**. Interações. n. 4, p. 126-152, 2006

NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000. 142 p.

SANDER, Benno. **Educação na América Latina – Identidade e Globalização**. Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 157-165, maio/ago. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Editora: Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 2. Ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TONSO, S. A Educação Ambiental que Desejamos a Partir de um Olhar para Nós Mesmos. **Revista Ciência em Foco**, v. 1, p. 1-1, 2010. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cef/article/view/9184>. Acessado em: 12 de Dez.2021.

Recebido em 18 de janeiro de 2022.

Aceito em 26 de abril de 2022.